



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM SÃO PAULO**

***JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO***

Processo Administrativo nº: 09031.200004/2026-41

I - OBJETO

Trata o presente auto do processo que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, destinados ao uso no Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo.

II – DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação visa atender a uma necessidade contínua e essencial do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo (ERESP), no que se refere à manutenção das condições adequadas de higiene, organização e hospitalidade de suas instalações.

O fornecimento regular de materiais de limpeza é indispensável para garantir ambientes salubres e devidamente higienizados, o que impacta diretamente na saúde, segurança e bem-estar dos servidores, colaboradores e visitantes, bem como na imagem institucional do Ministério.

Além disso, a adequada limpeza e conservação dos espaços físicos são condições básicas para o pleno funcionamento das atividades administrativas e institucionais do ERESP, refletindo o compromisso da unidade com a excelência no serviço público e no atendimento ao cidadão.

Dessa forma, a contratação se mostra imprescindível para a continuidade dos serviços e para a preservação das condições operacionais da unidade.

III- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A solução prevê a aquisição e o fornecimento único de materiais de higiene e limpeza, com consumo estimado para um ciclo trimestral, podendo ser ajustado conforme a necessidade do órgão. Os itens deverão apresentar qualidade compatível com o uso, atendendo às especificações mínimas estabelecidas, com vistas à manutenção de ambientes limpos, organizados e adequados ao funcionamento institucional.

Durante todo o ciclo de vida do objeto, desde o recebimento até o consumo final, os produtos adquiridos serão armazenados e controlados pela administração do ERESP, garantindo o uso racional, a preservação de suas propriedades e a reposição conforme a demanda. A escolha por materiais de boa qualidade e durabilidade contribui para evitar desperdícios, otimizar os estoques e garantir que as necessidades sejam atendidas com eficiência ao longo do período previsto de consumo.

Os materiais contemplados incluem, entre outros:

- Papel higiênico branco, folha dupla, 100% celulose, fornecido em pacotes com 8 rolos;
- Sabonete líquido perolado com fragrância de erva-doce, em galões de 5 litros;
- Saco para descarte de absorventes em polietileno virgem, tipo refil, em pacotes com 25 unidades;
- Dispenser para álcool em gel, fixação em parede, capacidade de 400 ml;
- Toalha de papel 100% Celulose
- Saco Plástico lixo azul 200L
- Removedor Líquido 500ml
- Saponáceo Composição 10 unidades

Os produtos deverão estar devidamente registrados junto aos órgãos competentes, como a ANVISA, e preferencialmente possuir composição biodegradável, atendendo às normas vigentes de segurança e saúde ocupacional.

A adoção dessa solução permite atender de forma adequada às necessidades operacionais da unidade, promovendo um ambiente de trabalho funcional e receptivo, bem como o atendimento às preferências e particularidades da alta administração, de forma racional e proporcional.

IV - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Entretanto, a lei de licitações ressalta algumas hipóteses que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis a licitação nos trâmites usuais. Para tanto, a Lei Federal nº 14.133 de 2021 exige processo de contratação específico, nos termos do art. 72.

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de



recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base no inciso II do art. 75 da Lei da Federal nº 14.133, de 2021.

"Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

V- DA ESTIMATIVA DA DESPESA

A pesquisa de preços foi realizada atendendo aos fundamentos do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme documento de pesquisa de preço em anexo ao Termo de Referência.

O valor estimado total apresentado na pesquisa de preço foi de R\$2.958,45 (dois mil novecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), sendo compatível com os valores praticados pelo mercado.

VI- DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o termo de referência.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos devem estar compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de licitações e contratos administrativos.

Considerando a disputa registrada na dispensa eletrônica, tem-se a indicação do menor preço, conforme relatório de propostas e disputa.

VII- DO PRAZO PARA EXECUÇÃO



A aquisição será feita em regime imediato após a contratação, com previsão de entrega única ou conforme cronograma de fornecimento estabelecido no termo de referência.

VIII- DA CONCLUSÃO PELA ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação direta justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços públicos, prezando pela eficiência administrativa e pelos princípios que regem a gestão pública. A escolha do fornecedor será realizada com base em critérios técnicos e econômicos, conforme demonstrado pela pesquisa de preços anexa, assegurando transparência e integridade no processo.

São Paulo, 09 de março de 2026.



Nelson Antonio Tabajara de Oliveira

Chefe

Ministério das Relações Exteriores

Escritório de Representação em São Paulo